

Formação de clube já é aceita

HUGO MARTINEZ

Enviado especial

MONTEVIDÉU — “É evidente o endurecimento progressivo do Grupo de Cartagena, que se transformou, de fato, num clube de devedores, ainda que seja necessário esclarecer claramente quais são as funções deste clube”, afirmou ontem a **O Estado** um alto membro da delegação argentina que participou dos três dias de conversações dos representantes dos devedores da América Latina, em Montevideú. Para esse funcionário argentino, o problema do nome é “irrelevante”, opinião semelhante à do chanceler uruguaio Enrique Iglesias. É como se fosse um clube.

Entretanto, há um longo caminho desde a reunião realizada em Cartagena, em junho do ano passado, e a Declaração de Montevideú. Nos 16 pontos do documento final emitido em Cartagena não havia o sentido de emergência que domina a “Declaração de Montevideú”, divulgada ontem. O documento começa com uma frase quase dramática: “Nos últimos cinco anos, os níveis de vida dos latino-americanos retrocederam uma década”. A declaração também tem um capítulo intitulado “Propostas de emergência para as negociações sobre a dívida e crescimento”.

No que se refere ao Plano Baker, o documento o considera insuficiente, uma vez que não aborda o problema dos altos juros e a situação de diversos países que necessitam de recursos imediatos. Além disso, o Grupo de Cartagena o acusa de não incluir os países que não têm acesso ao financiamento externo adicional, como é o caso da República Dominicana.

A Declaração de Montevideú propõe o retorno das taxas reais de juros a seus níveis históricos e a redução das margens (lucros, comissões) dos bancos. “Estudamos as séries históricas das taxas de juros entre 1900 e 1980 — disse o funcionário argentino — e advertimos que são cinco ou seis vezes inferiores às que estamos pagando agora. O documento também propõe o aumento de fluxos de recursos ao Continente, mas sem especificar nenhuma quantia.

Entretanto, durante a reunião, as cifras foram muito maiores do que as apresentadas pelo Plano Baker. Os delegados dos 11 países integrantes do Grupo de Cartagena calculam que a América Latina precisa de uma ajuda financeira entre US\$ 60 bilhões e US\$ 110 bilhões, mas com baixas taxas de juros, limitação das transferências de recursos e fim das medidas protecionistas.

ADVERTÊNCIA

Um ponto chave do documento é o que faz uma dura advertência aos credores: “Se não for adotado o conjunto de medidas propostas, a região se verá diante de uma situação de extrema gravidade que a obrigará a limitar suas transferências líquidas de recursos como forma de evitar uma maior instabilidade social e política que poderia reverter os processos de consolidação democrática”. Ao comentar essa ameaça, o correspondente de um importante jornal europeu especializado em finanças declarou: “Cartagena já criou dentes”.

Entretanto, os próprios delegados que participaram do encontro de Montevideú são de opinião que o Grupo de Cartagena não conseguirá solucionar o problema da dívida externa, pois, para isso, seria necessária uma mudança radical nas regras do jogo da economia mundial. Lembrem, porém, que o grupo se transformou em um interlocutor imprescindível, qualquer que seja a posição dos credores. Outra importante iniciativa aprovada na reunião foi a criação do “comitê de seguimento”, formado pelo Brasil, Argentina, Colômbia, México e Venezuela, com a função de acompanhar a implementação das propostas e sugerir medidas alternativas caso não se alcancem os objetivos mínimos estabelecidos. Esse comitê constitui o “coração” do grupo, e nasceu de uma proposta conjunta do Brasil e do México.